

Empresas e sindicatos negociam mudança nos turnos

Da Reportagem Local
e da Sucursal do Rio

A S/A Moinho Santista restabeleceu ontem o sistema de revezamento de turnos em sua unidade de Santos, pondo fim a uma greve de sete dias de seus 600 trabalhadores que se recusavam a trabalhar no regime de jornada fixa que a empresa pretendia implantar desde o início do mês.

O acordo, firmado ontem à tarde em audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), não incluiu a redução de jornada de oito para seis horas prevista pela Constituição para os turnos de revezamento, pois a empresa e os trabalhadores continuam divergindo na interpretação desse dispositivo.

O advogado dos trabalhadores da Santista, José Carlos Arouca, disse que eles se reservam o direito de entrarem com ação específica na Justiça para conseguir o turno de seis horas, caso não haja entendimento com a empresa. O gerente de recursos humanos da Santista, Luiz Vicente Bezinelli, reiterou que a situação da empresa não se enquadra na Constituição, pois seus turnos de revezamento não são ininter-

tos e sim intercalados por folgas nos fins de semana.

A exemplo da Santista, a Vidraria Santa Marina decidiu implantar o sistema de jornada fixa para cerca de 2.200 trabalhadores, dias antes da entrada em vigor da nova Constituição. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros do Estado de São Paulo denunciou que os empregados foram coagidos a aceitar os turnos fixos, numa manobra da empresa destinada a contornar a jornada de seis horas caso mantivesse o revezamento a partir da vigência da nova Constituição.

O gerente de relações externas da Santa Marina, Gilberto Leite Cesar, contestou a denúncia, e afirmou que a fixação de jornada vinha sendo estudada há um ano pela empresa e atendia aos interesses dos trabalhadores que assinaram documento concordando. Cesar informou que os motivos econômicos pesaram na decisão da Santa Marina. A empresa, disse, perderia a competitividade caso tivesse que implantar a jornada de seis horas, fato que implicaria a contratação de mais empregados para a criação de mais um turno.

Petrobrás

Os funcionários da Petrobrás que

trabalham em turno de revezamento manterão a atual jornada de trabalho —turnos de oito e de doze horas— pelo menos até o próximo dia 25, quando a direção da empresa se reunirá com representantes de sindicatos de petroleiros para negociar como ficarão os turnos com a determinação da Constituição de jornada máxima de seis horas de trabalho.

A informação é do presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mirth Xavier, que disse ontem não haver ainda acordo entre a estatal e empregados sobre o assunto. Na quinta-feira, a chefia do Serviço de Relações Industriais da Petrobrás se reuniu com representantes de sindicatos de petroleiros de todo o país. O impasse, segundo Xavier, é consequência da decisão da estatal em não contratar funcionários para complementar os turnos com a nova jornada. "Eles concordam em implantar as seis horas imediatamente, mas não querem manter nossas folgas com a duração atual, o que invalida os benefícios da nova Constituição, pois trabalharemos mais", disse Xavier. No caso das plataformas marítimas, os empregados concordam em manter a atual jornada de 12 horas.



Instalações da empresa S/A Moinho Santista, cujos funcionários estavam em greve há sete dias.

Frigorífico pode ter que pagar indenização

Do correspondente em Araçatuba

A primeira indenização de 40% sobre o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS), criada pela nova Constituição, deverá ser paga na próxima terça-feira em Araçatuba (530 km a noroeste de São Paulo). Cerca de 400 funcionários do Frigorífico Mouran, que receberam aviso-prévio no dia 8 de setembro, serão os primeiros beneficiados na região, pois deverão ter sua rescisão contratual homologada.

Segundo o secretário do sindicato, José de Souza Meneses, 34, os trabalhadores terão direito à indenização porque seus avisos-prévios venceram na vigência da atual Constituição. O gerente do frigorífico, Flavio Pistori, se encontrava viajando e não pode confirmar as demissões.

Jornada de seis horas é discutida em Minas

Da Sucursal de Belo Horizonte

As indústrias siderúrgicas de Minas e os sindicatos dos trabalhadores do setor ainda não definiram como se adaptarão à nova Constituição, que prevê "jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociações coletivas".

A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira irá decidir com seus funcionários como ficará a situação, no dia 21 de novembro, e até esta data mantém a jornada de oito horas. Segundo a assessoria da empresa, "qualquer definição será retroativa à data da promulgação da Carta".

O chefe do departamento de administração pessoal da Magnesita S/A, Arlindo Ayres de Figueiredo, disse que a empresa ainda não implantou turnos de revezamento de

seis horas mas que as negociações com o sindicato já se iniciaram. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refratários de Minas Gerais, que congrega os funcionários da Magnesita, informou que até o próximo dia 13 suas propostas devem ser definidas.

A Aço Minas Gerais S/A (Açominas), tem 2,9 mil trabalhadores em regime de revezamento de oito horas. Segundo a assessoria da empresa as negociações serão na próxima semana. O Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, onde fica a usina, está divulgando as propostas para o turno de seis horas.

A assessoria da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), informou que a nova medida constitucional será um dos itens da pauta de negociações do acordo salarial a vigorar a partir de novembro.

Tadeu Nascimento